



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM**  
CASA BENTO RENOVATO

**VEREADOR: JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO**  
AO EXMO SR: MANOEL VELOSO DA SILVA

Projeto de lei nº 003/2022

Em Março 2022

Veda a nomeação para cargos em comissão e função de confiança de pessoas que tenham sido condenadas pela LEI FEDERAL 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA).

A mesa da câmara municipal de Capim/PB, depois de ouvida o plenário, e no uso de suas atribuições legais de forma regimental, que seja enviado ao senhor prefeito o presente projeto lei.

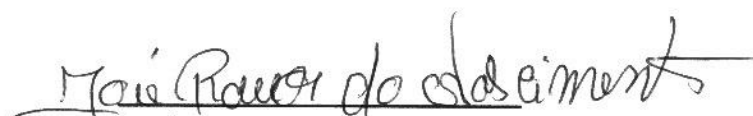
**Art. 1º** Fica vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração e funções de confiança de pessoas que tenham sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

**Parágrafo Único:** A vedação de que trata a presente Lei se inicia com a condenação em decisão transitada em julgado e se extingue com o comprovado cumprimento integral da pena.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAPIM-PB, EM 15 DE MARÇO DE 2022

ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM-PB  
APROVADO PRESENTE PROJETO DE LEI  
EM 17 DE MARÇO DE 2022

  
JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO  
VEREADOR DO UNIÃO BRASIL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM  
LIDO  
EM 17 de 03 de 2022



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM**  
CASA BENTO RENOVATO

## Justificativa

O Vereador José Ramos do Nascimento, integrante da Bancada do União Brasil com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei, que veda a nomeação para cargos em comissão e função de confiança de pessoas que tenham sido condenadas pela LEI FEDERAL 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA).

A violência afeta mulheres de todas as classes sociais, etnias e regiões brasileiras. Atualmente a violência contra as mulheres é entendida não como um problema de ordem privada ou individual, mas como um fenômeno estrutural, de responsabilidade da sociedade como um todo.

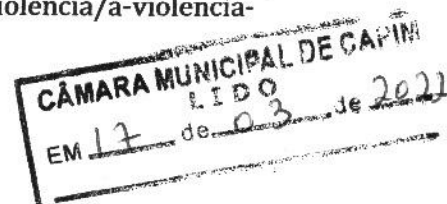
Apesar dos números relacionados à violência contra as mulheres no Brasil serem alarmantes, muitos avanços foram alcançados em termos de legislação, sendo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) considerada pela ONU uma das três leis mais avançadas de enfrentamento à violência contra as mulheres do mundo.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, define violência contra a mulher como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (Capítulo I, Artigo 1º).

A Lei Maria da Penha apresenta mais duas formas de violência - a moral e a patrimonial -, que, somadas às violências física, sexual e psicológica, totalizam as cinco formas de violência doméstica e familiar, conforme definidas em seu Artigo 7º.

Em 2015, a Lei 13.104 (Lei nº 13.104, de 2015) alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. O feminicídio, então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres "por razões da condição de sexo feminino".

As informações citadas foram retiradas do site:  
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/menu/entenda-a-violencia/a-violencia-contra-a-mulher>.





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM**  
CASA BENTO RENOVATO

Nesse sentido, faz-se necessário que a discussão do enfrentamento à violência contra a mulher seja encarada com prioridade e urgência também pelas leis municipais.

No que tange a constitucionalidade dessa Casa de Leis para tratar do assunto em comento, cabe dizer que o Chefe do Poder Executivo tem iniciativa legislativa reservada para a criação e extinção de cargos públicos e seu provimento (art. 61, §1º, II, a e c, da Constituição Federal), não se situa, entretanto, no domínio dessa reserva o estabelecimento de condições para o provimento de cargos públicos, a exemplo do deliberado pelo Supremo Tribunal Federal relativamente as normas impeditivas do nepotismo em âmbito municipal, consoante Tema 29 em Repercussão Geral na Suprema Corte, a saber:

***“Leis que tratam dos casos de vedação a nepotismo não são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.”***

Contudo, caso ainda reste alguma dúvida aos nobres parlamentares sobre a ausência de vício de iniciativa, devo informar que proposição aqui apresentada é inspirada na Lei Municipal nº 5.849/2019 do Município de Valinhos/SP, que, inclusive, foi levada RECENTEMENTE ao Supremo Tribunal Federal para averiguação da sua constitucionalidade por suposta alegação de usurpação de competência do Poder Executivo.

O STF, no julgamento do recente Recurso Extraordinário nº 1.308.883, proposto pela Mesa da Câmara Municipal de Valinhos, reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 5.849/2019, de autoria parlamentar, para vedar a nomeação de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha pela Administração Pública. Na ocasião, a conclusão do Ministro Edson Fachin foi de que:

Na verdade, ao vedar a nomeação de agentes públicos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município, condenados nos termos da Lei federal nº 11.340/2006, a norma impugnada impôs regra geral de moralidade administrativa, visando dar concretude aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independem de lei em sentido estrito e não se submetem a uma interpretação restritiva.

ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM-PB  
APROVADO PRESENTE PROJETO DE LEI  
EM 21 DE 03 DE 2022  
Comissão Leis

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM  
LIDO  
EM 17 de 03 de 2022

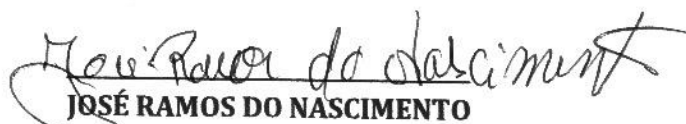


ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM**  
CASA BENTO RENOVATO

Noutras palavras, não há qualquer vício de constitucionalidade na presente proposição, pois o próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu que o vereador pode legislar para criar a Lei que veda a nomeação de condenados pela Lei Maria da Penha em cargos na Administração.

Por todo o exposto, aguardo a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade e proteção aos direitos da mulher.

CAPIM-PB, EM 15 DE MARÇO DE 2022

  
**JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO**  
VEREADOR DO UNIÃO BRASIL

